



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO – SMG

Concurso Público

003. PROVA OBJETIVA (Conhecimentos Especializados)

Auditor Municipal de Controle Interno – Geral

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

Inscrição _____

CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS

CONTABILIDADE GERAL

01. As demonstrações contábeis objetivam, seguindo a abordagem dada pela Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil e Financeiro, fornecer informações úteis na tomada de decisões econômicas, bem como avaliações, por parte dos usuários em geral, dessas informações. As demonstrações contábeis não têm um propósito específico único e são mais comumente elaboradas segundo modelo baseado

- (A) no valor justo e no conceito de manutenção de capital financeiro ajustado.
- (B) no custo de reposição e no conceito de manutenção do capital financeiro ajustado.
- (C) no valor de reposição, bem como no conceito de manutenção do capital ajustado.
- (D) no custo histórico recuperável e no conceito da manutenção do capital financeiro nominal.
- (E) no valor justo, bem como no conceito de fluxo de caixa descontado.

02. Segundo a NBC TA 200, “o objetivo da auditoria é aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários. Isso é alcançado mediante a expressão de uma opinião pelo auditor sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com uma estrutura de relatório financeiro aplicável”.

Um auditor, durante seus exames, se deparou com o seguinte problema considerado relevante:

Empresa: Projetos de Construção para o Futuro Ltda.

Patrimônio Líquido da empresa em 31 de dezembro de 2014 – R\$ 940.000,00.

Receita na prestação de serviços no exercício de 2014 – R\$ 9.000.000,00.

Problema identificado: A empresa não adota, para cálculo, apuração, controle, contabilização e reconhecimento de suas receitas, a aplicação da metodologia dos custos incorridos, ou seja, o critério de percentual de conclusão e/ou de acabamento – *Percentage of Completion* (POC). Dessa maneira, as receitas são contabilizadas por ocasião da emissão da nota fiscal de serviços.

Diante disso, não foi possível confirmar o corte e a valorização das receitas e dos custos para os projetos que estavam em andamento em 31 de dezembro de 2014. Adicionalmente, a empresa registrou na rubrica de fornecedores um montante de R\$ 950.000,00, referente a “provisão para custos a incorrer em projetos”, para o qual não há documentação ou memória de cálculo que suporte sua contabilização.

Diante dessas informações, o auditor deverá emitir um parecer

- (A) com ressalva.
- (B) com abstenção de opinião.
- (C) adverso.
- (D) sem ressalva.
- (E) com negativa de opinião.

03. Risco de distorção relevante é o risco de que as demonstrações contábeis contenham distorção relevante antes da auditoria. Nesse caso, a suscetibilidade de uma afirmação a respeito de uma transação, saldo contábil ou divulgação a uma distorção que possa ser relevante, individualmente ou em conjunto com outras distorções, antes da consideração de quaisquer controles relacionados, refere-se a um risco

- (A) inerente.
- (B) subjetivo.
- (C) de procedimento.
- (D) de controle.
- (E) de opinião.

04. De forma a retratar, com propriedade, os efeitos de transações e outros eventos e circunstâncias sobre os recursos econômicos e reivindicações da Empresa, que reporta a informação nos períodos em que ditos efeitos são produzidos, ainda que os recebimentos e pagamentos em caixa derivados ocorram em períodos distintos, o contador da Empresa Contabiliza Tudo S.A. realizou as seguintes contabilizações no mês de julho de 2015:

Folha de pagamento do mês em referência	R\$ 127.859,00
Provisão de 1/12 do 13º salário	R\$ 10.451,00
Provisão de férias proporcionais	R\$ 12.997,00
Aluguel do mês, referente a filial 2	R\$ 23.000,00
Comissão de vendas do mês	R\$ 200.000,00
Reconhecimento de 1/12 do prêmio de seguros	R\$ 1.130,00

Nota-se que essas operações impactaram ou impactarão o fluxo financeiro da empresa em seus respectivos vencimentos.

Tal afirmação, bem como os procedimentos adotados pelo contador da empresa, estão

- (A) em conformidade com a norma contábil do custo histórico como base de valor.
- (B) em linha com as informações sobre os fluxos de caixa da entidade, que reportam a informação durante um período para gerar e aplicar fluxos de caixa futuros líquidos.
- (C) de acordo com a performance financeira refletida pelos fluxos de caixa passados.
- (D) em conformidade com o regime de competência na contabilização das operações da empresa.
- (E) em conformidade com o regime de caixa no reconhecimento das despesas da empresa.

Com base nas informações extraídas da contabilidade da empresa Arena Verde Ltda., em 31 de dezembro de 2014, apresentadas a seguir, classifique as contas contábeis de acordo com sua natureza e de acordo com os critérios contábeis relativamente aos componentes do ativo, passivo e demonstração de resultado e responda às questões de números **05 a 08**.

BALANCETE EM 31.12.2014

Descrição da conta contábil	Valor em Reais (R\$)
Títulos a receber de LP	15.690,00
Salários a pagar	(42.670,00)
Reservas de capital	(120.000,00)
Provisões diversas	(27.300,00)
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(18.795,00)
Contas a receber com empresa ligada – LP	18.400,00
Lucros a destinar	(67.500,00)
Lucro líquido do exercício	<i>a calcular</i>
IR e CSL a pagar	<i>a calcular</i>
Investimentos permanentes em controladas	95.000,00
Impostos a recuperar de LP	22.300,00
Impostos a recolher	(36.700,00)
Ativo Imobilizado	348.000,00
Fornecedores	(279.900,00)
Estoques	239.100,00
Empréstimos e financiamentos (LP)	(271.800,00)
Empréstimos e financiamentos	(135.900,00)
Duplicatas descontadas	(50.120,00)
Depreciação acumulada	(87.000,00)
Demais contas a receber	6.400,00
Contingências trabalhistas de LP	(133.570,00)
Contas a receber de clientes	250.600,00
Contas a pagar de longo prazo	(11.300,00)
Contas a pagar	(15.490,00)
Capital	(65.000,00)
Caixa	6.800,00
Bancos	167.900,00
Ativos intangíveis	54.000,00
Aplicações financeiras	178.000,00
Ajustes patrimoniais	(26.500,00)
Adiantamento a fornecedores	73.200,00

Adicionalmente, as seguintes operações foram realizadas durante o exercício de 2014:

- Vendas brutas em 2014 – R\$ 1.200.000,00
- Impostos de vendas – R\$ 420.000,00
- Devolução de vendas – R\$ 24.000,00
- Custos dos produtos vendidos – Utilize as informações a seguir para cálculo do CMV:
 - Estoques iniciais em 31.12.2013 – R\$ 345.000,00
 - Compras do ano de 2014 – R\$ 364.100,00
- Despesas Comerciais – R\$ 87.300,00
- Despesas Administrativas – R\$ 89.400,00
- Despesas Financeiras Líquidas – R\$ 6.700,00
- Outras despesas – R\$ 8.900,00
- Impostos de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) – Taxa efetiva de 20% sobre o LAIR
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) – Taxa efetiva de 5% sobre o LAIR
- O IRPJ e a CSLL calculados no período, foram provisionados pelo valor líquido do IRRF a recuperar no montante de R\$ 7.855,00.

05. A partir das informações apresentadas, é correto afirmar que o valor do Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – LAIR –, para o exercício em 31 de dezembro de 2014, em reais, é

- (A) 105.375,00.
- (B) 70.450,00.
- (C) 85.345,00.
- (D) 102.350,00.
- (E) 93.700,00.

06. O valor do Passivo não Circulante, em 31 de dezembro de 2014, em reais, é

- (A) 494.275,00.
- (B) 379.000,00.
- (C) 416.670,00.
- (D) 395.600,00.
- (E) 400.600,00.

07. O valor do Ativo não Circulante, em 31 de dezembro de 2014, em reais, é

- (A) 466.390,00.
- (B) 432.300,00.
- (C) 415.500,00.
- (D) 450.700,00.
- (E) 410.000,00.

08. Assinale a alternativa que indica corretamente o valor do CCL da empresa Arena Verde Ltda., em 31 de dezembro de 2014, em reais.

- (A) 368.470,00.
- (B) 299.555,00.
- (C) 345.600,00.
- (D) 318.350,00.
- (E) 289.500,00.

09. A Companhia Terceiro Tempo S.A. necessita preparar o fluxo de caixa indireto para o período de seis meses, findo em 30 de junho de 2015, e contém as seguintes informações obtidas da contabilidade:

• Lucro líquido do período	R\$ 25.489,00
• Despesas de depreciação do período	R\$ 5.743,00
• Baixas líquidas do ativo imobilizado	R\$ 2.915,00
• Despesa com provisão para contingência de LP	R\$ 6.500,00
• Redução das contas do grupo do ativo circulante	R\$ 21.565,00
• Redução das contas do grupo do passivo circulante	R\$ 11.996,00
• Fluxos de caixa das atividades de investimentos	
◦ Aquisição de ativo imobilizado	R\$ 77.739,00
◦ Aquisição do ativo intangível	R\$ 21.401,00
◦ Aquisição de ativo investimento	R\$ 405,00
• Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	
◦ Obtenção de empréstimos	R\$ 62.390,00
◦ Pagamento de empréstimos – valor do principal	R\$ 24.961,00
◦ Pagamento de empréstimos – valor dos juros	R\$ 11.128,00

Com base nessas informações, é correto afirmar que, nesse período, houve

- (A) redução do caixa em R\$ 37.039,00.
- (B) redução do caixa em R\$ 38.870,00.
- (C) aumento do caixa em R\$ 23.560,00.
- (D) redução do caixa em R\$ 23.029,00.
- (E) aumento do caixa em R\$ 36.600,00.

10. De acordo com a Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores, “ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício:

- I. balanço patrimonial;
- II. demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados;
- III. demonstração do resultado do exercício;
- IV. demonstração dos fluxos de caixa; e
- V. se companhia aberta, demonstração do valor adicionado.”

No balanço patrimonial, as contas semelhantes poderão ser agrupadas e os pequenos saldos poderão ser agregados, desde que indicada a sua natureza e não ultrapassem

- (A) 0,1 (um décimo) do valor do respectivo grupo de contas.
- (B) 0,3 (três décimos) do valor do respectivo grupo de conta.
- (C) até um quinto do ativo/passivo circulantes.
- (D) 0,2 (dois décimos) do valor do respectivo grupo de conta.
- (E) até um quinto do total do ativo.

11. A empresa Equilíbrio Certo Ltda., que atua no segmento de autopeças, apresentou, em um determinado período, as seguintes informações:

Compra de Matéria Prima	R\$ 300.000,00
Mão de Obra Direta	R\$ 250.000,00
Custos Indiretos de Produção	R\$ 170.000,00
Estoque Inicial de Matéria Prima	R\$ 120.000,00
Estoque Inicial de Produtos em Elaboração	R\$ 180.000,00
Estoque Final de Produtos Acabados	R\$ 200.000,00

De acordo com essas informações, é correto afirmar que o custo de produtos vendidos, em reais, é

- (A) 920.000,00.
- (B) 795.000,00.
- (C) 820.000,00.
- (D) 840.000,00.
- (E) 740.000,00.

12. De acordo com a Lei nº 6.404/76, artigo 182, parágrafo 3º e lei nº 11.941/09, artigo 37, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos em Lei ou em normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, serão classificadas como

- (A) conta de compensação, até o reconhecimento no resultado do exercício.
- (B) conta redutora do ativo permanente.
- (C) passivo não circulante, em contrapartida do ativo intangível, devido ao prazo de realização desses ativos por conta de depreciação ou amortização.
- (D) resultados abrangentes.
- (E) ajustes de avaliação patrimonial no PL.

13. De acordo com o Pronunciamento Contábil – CPC 00 R1 – Estrutura Conceitual Básica – “Os ativos são mantidos pelos montantes em caixa ou equivalentes de caixa que poderiam ser obtidos pela sua venda em forma ordenada. Os passivos são mantidos pelos seus montantes de liquidação, isto é, pelos montantes em caixa ou equivalentes de caixa, não descontados, que, se espera, serão pagos para liquidar as correspondentes obrigações no curso normal das operações”.

O texto trata da mensuração dos elementos das demonstrações financeiras, mais especificamente sobre o

- (A) valor justo.
- (B) valor realizável.
- (C) custo histórico.
- (D) valor presente.
- (E) custo corrente.

14. A empresa Investimentos Ativos S.A. apresentava, em 31.12.2014, uma participação societária em uma determinada empresa, denominada Empresa B. Sua participação equivalia a 85% do capital Empresa B, cujo valor do patrimônio líquido era de R\$ 315.500,00. Distribuído da seguinte forma na mesma data:

Capital	R\$ 100.000,00
Reservas capital	R\$ 150.000,00
Reservas de lucro	<u>R\$ 65.500,00</u>
PL	R\$ 315.500,00

Ademais, trata-se de uma participação relevante para a Investimentos Ativos S.A., principalmente porque ela tem influência na administração e na tomada de decisões.

Em 30 de junho de 2015, a Empresa B apresentou um lucro líquido, após todas as participações, de R\$ 120.000,00. Com base nesse resultado, a Empresa B pagou antecipadamente dividendos, que foram na ordem de 25% do lucro líquido apresentado.

Com base nessas informações, assinale a alternativa que demonstra corretamente o valor, em reais, do investimento da Investimentos Ativos S.A. na Empresa B em 30 de junho de 2015.

- (A) 315.500,00.
- (B) 335.575,00.
- (C) 370.175,00.
- (D) 344.675,00.
- (E) 268.175,00.

15. As prerrogativas de fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários; opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da assembleia geral; opinar sobre as propostas dos órgãos da administração; denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem; analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela companhia; e examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar; além de outras não menos importantes atribuições, são competências, segundo a Lei nº 6.404/76, art. 163, do

- (A) Conselho fiscal.
- (B) Conselho de administração.
- (C) Auditor interno.
- (D) Presidente da entidade.
- (E) Auditor externo independente.

CONTABILIDADE PÚBLICA

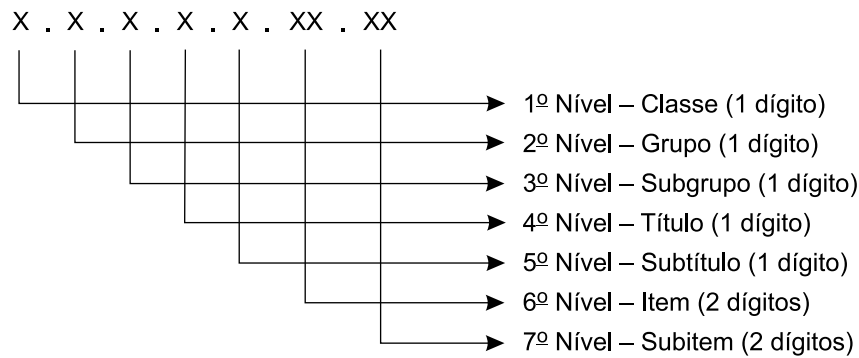
16. Observe o demonstrativo consolidado geral a seguir.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO		CONSOLIDADO GERAL	
		Exercício de 2014	Lei nº 4.320/64
RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	Valor em Reais	ORÇAMENTÁRIA	Valor em Reais
RECEITAS CORRENTES	40.699.086.092,32	DESPESAS POR FUNÇÃO	43.443.326.216,80
RECEITAS DE CAPITAL	1.041.786.724,28		
REC. CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	1.529.542.459,79		
RECEITAS DE CAPITAL – INTRAORÇAMENT.	85.676.157,95		
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-2.010.876.059,98		
Total da Receita Orçamentária	41.345.215.374,36	Total da Despesa Orçamentária	43.443.326.216,80
TRANSFERÊNCIAS ATIVAS		TRANSFERÊNCIAS PASSIVAS	
REPASSES RECEBIDOS	6.835.449.585,12	REPASSES CONCEDIDOS	6.835.449.585,12
DEVOLUÇÃO REPASSES CONCEDIDOS	32.224.006,68	DEVOLUÇÃO REPASSES OBTIDOS	29.198.514,00
Total das Transferências Ativas	6.867.673.591,80	Total das Transferências Passivas	6.864.648.099,12
EXTRAORÇAMENTÁRIA		EXTRAORÇAMENTÁRIA	
CHEQUES NÃO COMPENS. EM TRÂNSITO	209.161,64	DEVEDORES DIVERSOS, PARTICULARES	26.170.378.453,33
DEPÓSITOS A REALIZAR	105.766.319,54	DEVEDORES DIVERSOS, PÚBLICOS	267.912.625,78
DEVEDORES DIVERSOS, PARTICULARES	26.149.055.693,88	CREDORES DIVERSOS, PARTICULARES	15.983.482.093,74
DEVEDORES DIVERSOS, PÚBLICOS	49.476.488,50	CREDORES DIVERSOS, PÚBLICOS	2.068.706.345,77
CREDORES DIVERSOS, PARTICULARES	16.003.530.742,83	CRÉDITOS DE CONTRIBUINTES	136.072.222,58
CREDORES DIVERSOS, PÚBLICOS	2.122.412.191,41	DEPÓSITOS DIVERSOS	546.504.107,49
CRÉDITOS DE CONTRIBUINTES	160.517.399,07	RESTOS A PAGAR	2.284.133.511,87
DEPÓSITOS DIVERSOS	682.250.144,44	CHEQUES NÃO COMPENS./EM TRÂNSITO	224.568,82
RESTOS A PAGAR	1.984.009.622,58	DEPÓSITOS A REALIZAR	106.818.725,85
CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR	683.857.431,70		
Total da Receita Extraorçamentária	47.941.085.195,59	Total da Despesa Extraorçamentária	47.564.232.655,23
SALDO DISPONÍVEL DO EXERCÍCIO ANTERIOR		SALDO DISPONÍVEL PARA O MÊS SEGUINTE	
CAIXA	13.931,01	CAIXA	33.124,18
BANCOS	53.006.156,87	BANCOS	98.252.167,38
BANCOS, CONTAS ESPECIAIS	59.992.386,67	BANCOS, CONTAS ESPECIAIS	36.943.344,84
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	6.499.395.935,91	APLICAÇÕES FINANCEIRAS	4.760.027.207,48
INVESTIMENTOS DO RPPS	9.246.307,58	INVESTIMENTOS RPPS	8.166.064,76
Total Saldo Disponível do Exercício Anterior	6.621.654.718,04	Total Saldo Disponível para o Mês Seguinte	4.903.421.908,64
TOTAL	102.775.628.879,79	TOTAL	102.775.628.879,79

O demonstrativo consolidado geral apresentado pela Prefeitura Municipal de São Paulo, referente ao exercício de 2014, refere-se, conforme estabelecido pela Lei nº 4.320/64, ao

- (A) Demonstrativo das receitas e despesas categorizadas.
- (B) Fluxo de caixa orçamentário.
- (C) Balanço financeiro.
- (D) Balanço orçamentário.
- (E) Balanço contábil e orçamentário.

17. Observe a estrutura a seguir e responda à questão.



A fim de possibilitar a consolidação das contas públicas nos diversos níveis de governo, foi criado, no PCASP, um mecanismo para a segregação dos valores das transações que serão incluídas ou excluídas na consolidação, que, nesse caso, utilizará o 5º nível – Consolidação.

Nesse nível, o dígito que compreende os saldos que serão excluídos nos demonstrativos consolidados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) de entes públicos distintos, resultantes das transações entre o ente e um município, será o

- (A) Dígito 4.
- (B) Dígito 3.
- (C) Dígito 5.
- (D) Dígito 1.
- (E) Dígito 2.

18. Observe as informações a seguir, obtidas a partir da Demonstração da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas, Exercício Financeiro de 2014, relativas à Administração Direta da PMSP.

Receitas Realizadas	Valor em Reais
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	4.787.019,02
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	792.528.907,90
RECEITAS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	33.254.122,72
RECEITAS DA CESSÃO DE DIREITOS	116.000.000,00
Total	946.570.049,64

No que tange à classificação de despesas e receitas por categorias, conforme anexo 1 da Lei nº 4.320/64, os valores de receitas demonstrados serão classificados na categoria econômica:

- (A) Receitas Patrimoniais.
- (B) Receitas de Capital.
- (C) Receitas Permanentes.
- (D) Receitas de Ativos Financeiros.
- (E) Receitas Financeiras.

19. No que tange à cronologia, as etapas da receita orçamentária seguem a ordem de ocorrência dos fenômenos econômicos, levando em consideração o modelo de orçamento existente no país e a tecnologia utilizada. Dessa forma, a ordem sistemática dessa cronologia é

- (A) previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento.
- (B) orçamento, fixação, cobrança e recebimento.
- (C) planejamento, fixação, contabilização e recolhimento.
- (D) previsão, orçamento, arrecadação e recebimento.
- (E) planejamento, lançamento, execução e pagamento.

20. O _____ é base indispensável à integridade e à fidedignidade dos processos de reconhecimento, mensuração e evidenciação da informação contábil, dos atos e dos fatos que afetam ou possam afetar _____, observadas as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público.

Assinale a alternativa que completa corretamente as lacunas do texto.

- (A) postulado da entidade ... a continuidade das operações de uma entidade pública
- (B) princípio da equidade ... o objetivo social do patrimônio público
- (C) princípio da oportunidade ... o patrimônio da entidade pública
- (D) balanço patrimonial ... o resultado operacional da entidade pública
- (E) fluxo financeiro ... a representatividade das origens e aplicações de recursos

21. Segundo a NBC T 16.4, as transações no setor público poderão ser classificadas por natureza, de acordo com suas características e impacto no patrimônio público. Aquela que corresponde às transações originadas de fatos que afetam o patrimônio público, em decorrência, ou não, da execução de orçamento, podendo provocar alterações qualitativas ou quantitativas, efetivas ou potenciais, é denominada de natureza

- (A) administrativa.
- (B) de capital e permanente.
- (C) contábil e patrimonial.
- (D) patrimonial-financeira.
- (E) econômico-financeira.

22. Conforme NBC T 16.11, item 11, “os serviços públicos possuem características peculiares tais como: universalidade e obrigação de fornecimento, encaradas na maioria das vezes como direito social, em muitas situações, têm apenas o estado como fornecedor do serviço (monopólio do Estado). O serviço público fornecido sem contrapartida ou por custo irrisório diretamente cobrado ao beneficiário tem (em sua grande maioria) o orçamento como principal fonte de alocação de recursos”.

Tal afirmação corresponde

- (A) à classificação dos serviços públicos perante o contribuinte.
- (B) às obrigações do Estado ao serviço social.
- (C) às premissas básicas do orçamento público.
- (D) às características e aos atributos da informação de custos.
- (E) às características na formação do preço do serviço público.

23. Com base no demonstrativo consolidado da despesa com pessoal a seguir, responda à questão.

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
MAI/2014 A ABR/2015

RGF – Anexo 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea “a”)

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS Mai/2011 a Abr/2015	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RES- TOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	17.124.573.943,12	49.693.978,61
Pessoal Ativo	11.543.235.767,63	49.693.978,61
Pessoal Inativo e Pensionistas	5.581.338.175,49	–
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	–	–
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	3.294.199.838,16	1.936.519,42
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	10.726.516,57	27.549,96
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	594.836.612,33	285.089,49
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	1.578.369,58	1.623.879,97
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.687.058.339,68	–
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)	13.830.374.104,96	47.757.459,19
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	38.943.471.463,76	–

A Lei de Responsabilidade Fiscal, nº 101/2000, art. 19, atribuiu limites, para cada ente da federação, para a despesa total com pessoal em cada período de apuração. Portanto, os entes da federação não poderão exceder os percentuais da receita corrente líquida. O percentual a ser aplicado é diferente entre a União, os Estados e os Municípios. No caso do Município de São Paulo, que apresenta uma receita corrente líquida de R\$ 38.943.471 mil, para o período apurado de maio de 2014 a abril de 2015 (1º Quadrimestre de 2015), conforme demonstrativo consolidado da despesa com pessoal, o valor máximo para despesa total com pessoal, respeitando o limite percentual mencionado para o referido período em referência, é

- (A) R\$ 25.313.256 mil.
- (B) R\$ 11.683.041 mil.
- (C) R\$ 19.471.735 mil.
- (D) R\$ 23.366.082 mil.
- (E) R\$ 15.577.388 mil.

24. De acordo com art. 30, parágrafo único, da Lei que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias do Município de São Paulo – LDO –, para o exercício de 2015, para fins do disposto no § 3º do artigo 16 da Lei Complementar nº 101 de 2000, são consideradas como irrelevantes as despesas de valor de até _____, no caso de aquisição de bens e serviços, e de até _____, no caso de realização de obras públicas ou serviços de engenharia.

Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas do texto.

- (A) R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) ... R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)
- (B) R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ... R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais)
- (C) R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) ... R\$ 10.000,00 (dez mil reais)
- (D) R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais) ... R\$ 12.000,00 (doze mil reais)
- (E) R\$ 8.000,00 (oito mil reais) ... R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)

25. O suprimento de fundos (regime de adiantamento) é caracterizado por ser um adiantamento de valores a um servidor para futura prestação de contas. Esse adiantamento constitui despesa orçamentária, ou seja, para conceder o recurso ao suprido é necessário percorrer os três estágios da despesa orçamentária: empenho, liquidação e pagamento. Apesar disso, não representa uma despesa pelo enfoque patrimonial, pois, no momento da concessão, não ocorre redução no patrimônio líquido. Na liquidação da despesa orçamentária, ao mesmo tempo em que ocorre o registro de um passivo, há também a incorporação de um ativo, que representa o direito de receber um bem ou serviço, objeto do gasto a ser efetuado pelo suprido, ou a devolução do numerário adiantado.

(Manual de Contabilidade Pública – MCASP, 6ª Edição)

O registro contábil (contabilização), conforme sugerido pelo MCASP 6ª edição, no momento do empenho da referida despesa, será:

- (A) Natureza da informação: patrimonial
 D 2.1.8.9.x.xx.xx Outras Obrigações de Curto Prazo – Suprimento de Fundos (F)
 C 1.1.1.1.1.xx.xx Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional (F)
Natureza da informação: orçamentária
 D 6.2.2.1.3.03.xx Crédito a Empenhar Liquidado a Pagar
 C 6.2.2.1.3.04.xx Crédito Empenhado a Pagar
- (B) Natureza da informação: controle
 D 8.2.1.1.1.xx.xx Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR)
 C 8.2.1.1.2.xx.xx DDR Comprometida por Empenho
Natureza da informação: controle
 D 8.2.1.1.1.xx.xx Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR)
 C 8.2.1.1.2.xx.xx DDR Comprometida por Empenho a pagar
- (C) Natureza da informação: orçamentária
 D 6.2.2.1.1.xx.xx Crédito Disponível
 C 6.2.2.1.3.01.xx Crédito Empenhado a Liquidar
Natureza da informação: controle
 D 8.2.1.1.1.xx.xx Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR)
 C 8.2.1.1.2.xx.xx DDR Comprometida por Empenho
- (D) Natureza da informação: patrimonial
 D 1.1.3.1.x.xx.xx Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros (P)
 2.1.8.9.x.xx.xx Outras Obrigações de Curto Prazo – Suprimento de Fundos (F)
Natureza da informação: orçamentária
 D 6.2.2.1.3.01.xx Crédito Empenhado a Liquidar
 C 6.2.2.1.3.03.xx Crédito Empenhado Liquidado a Pagar
- (E) Natureza da informação: controle
 D 8.2.1.1.2.xx.xx DDR Comprometida por Empenho
 C 2.1.8.9.x.xx.xx Outras Obrigações de Curto Prazo – Suprimento de Fundos (F)
Natureza da informação: controle
 D 2.1.8.9.x.xx.xx Outras Obrigações de Curto Prazo – Suprimento de Fundos (F)
 C 6.2.2.1.3.04.xx Crédito Empenhado Pago

26. Observe o demonstrativo consolidado e notas explicativas da PMSP, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Contas e operações	Valor em Reais	
	Exercício 2014	Exercício 2013
	1.116.952.970,60	1.297.824.332,89
Alienação de Bens Móveis	579.946,38	43.795,00
Saída de Produtos para Revenda	23.713.015,76	19.171.096,79
Cobrança da Dívida Ativa	1.063.811.608,97	1.256.417.457,68
Recebimentos de Créditos	17.836.892,89	15.489.061,70
Liquidações de Créditos – RPPS	5.511.506,60	6.702.921,72
Empréstimos Contratados Internos	5.500.000,00	–

De acordo com o demonstrativo, o grupo de contas da Demonstração das Variações Patrimoniais no qual as contas e operações contábeis a seguir relacionadas devem ser classificadas é

- (A) Interferências Passivas.
 (B) Mutações Patrimoniais Passivas.
 (C) Despesas Financeiras e Correntes.
 (D) Despesas de Capital.
 (E) Mutações Patrimoniais Ativas.

27. Com base no Balanço Orçamentário da Administração Direta da PMSP, referente ao Exercício de 2014, responda à questão.

ADMINISTRAÇÃO DIRETA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DO EXERCÍCIO 2014

em R\$

Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas (f)	Despesas Liquidadas (g)	Despesas Pagas (h)	Saldo da Dotação (i)
DESPESAS CORRENTES (IX)	29.417.859.793,00	30.924.305.049,35	28.758.594.935,12	27.750.114.669,19	27.655.001.790,34	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.678.889.211,00	10.408.453.162,31	10.178.673.223,84	10.136.242.388,56	10.126.570.880,30	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	3.079.912.801,00	3.209.923.009,80	2.710.520.998,53	2.710.520.998,53	2.710.520.998,53	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.659.057.781,00	17.305.928.877,24	15.869.400.712,75	14.903.351.282,10	14.817.909.911,51	
DESPESAS DE CAPITAL (X)	12.330.920.686,00	10.605.529.205,29	5.692.259.143,22	5.071.750.562,31	5.048.733.390,16	
INVESTIMENTOS	10.398.739.916,00	8.762.363.089,99	4.077.766.406,59	3.457.257.825,68	3.434.240.653,53	
INVERSÕES FINANCEIRAS	366.614.000,00	352.980.251,51	129.987.040,71	129.987.040,71	129.987.040,71	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.565.566.770,00	1.490.185.863,79	1.484.505.695,92	1.484.505.695,92	1.484.505.695,92	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XI)	1.000,00	1.000,00	0	0	0	
RESERVA DO RPPS (XII)	0	0	0	0	0	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	41.748.781.479,00	41.529.835.254,64	34.450.854.078,34	32.821.865.231,50	32.703.735.180,50	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XIV)	0	0	0	0	0	
SUBTOTAL C/REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)	41.748.781.479,00	41.529.835.254,64	34.450.854.078,34	32.821.865.231,50	32.703.735.180,50	
SUPERAVIT (XVI)	5.649.505.860,00	5.868.452.084,36	3.944.997.748,33			
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	47.398.287.339,00	47.398.287.339,00	38.395.851.826,67	32.821.865.231,50	32.703.735.180,50	

O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou deficit de arrecadação. Demonstrará, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

(MCASP, 6ª Edição)

Quanto ao valor a ser incluído no Saldo da Dotação, coluna (i), ele será obtido mediante ao confronto de duas colunas anteriores. Considerando o Balanço Orçamentário apresentado, o valor a ser incluído na coluna Saldo da Dotação, especificamente na linha de Subtotal das Despesas (XIII) é

- (A) R\$ 7.078.981.176,30.
- (B) R\$ 9.002.435.512,33.
- (C) R\$ 9.045.046.298,50.
- (D) R\$ 1.628.988.846,84.
- (E) R\$ 8.826.100.074,14.

28. Sobre as Transferências Correntes, de acordo com a Lei nº 4.320/64, art. 18, pode-se afirmar que
- (A) a Lei de Orçamento consignará ajuda financeira, a qualquer título, a empresa de fins lucrativos, quando se tratar de subvenções cuja concessão tenha sido expressamente autorizada em lei especial, como ação social e de medidas de recuperação da economia.
 - (B) a cobertura dos deficit de manutenção das empresas públicas, de natureza autárquica ou não, far-se-á mediante subvenções econômicas e financeiras expressamente incluídas nas despesas correntes do orçamento dos Entes da Federação, enquanto que o superavit de arrecadação é considerado como receita extraorçamentária.
 - (C) a Lei de Orçamento consignará auxílio para investimentos que se devam incorporar ao patrimônio das empresas privadas de fins lucrativos, desde que o Governo tenha participação no conselho deliberativo – companhia mista.
 - (D) se consideram como subvenções econômicas as dotações destinadas a cobrir a diferença entre os preços de mercado e os preços de revenda, pelo Governo, de gêneros alimentícios ou outros materiais.
 - (E) os investimentos serão discriminados na Lei de Orçamento segundo seus valores, projetos de obras e de outras aplicações. Os programas especiais de trabalho, que, por sua natureza, possam cumprir-se subordinadamente às normas gerais de execução da despesa, não poderão ser custeados por dotações iniciais globais, classificadas entre as Despesas correntes.
29. Para os efeitos da Lei Complementar nº 101 de 2000, art. 2º, a empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária é entendida como
- (A) empresa controlada.
 - (B) empresa estatal dependente.
 - (C) entidade independente.
 - (D) companhia mista.
 - (E) empresa de investimento privado.
30. Segundo o MCASP, “o registro contábil deve ser feito pelo método das partidas dobradas e os lançamentos devem debitar e creditar contas que apresentem a mesma natureza de informação”. Isso posto, observa-se que a fixação da despesa apenas poderá ser registrada por meio do seguinte lançamento contábil:
- (A) Natureza da informação: orçamentária
D 6.2.2.1.1.xx.xx Crédito Disponível
C 6.2.2.1.3.01.xx Crédito Empenhado a Liquidar
 - (B) Natureza da informação: orçamentária
D 6.2.2.1.3.01.xx Débito Dotação Empenhada a Liquidar
C 6.2.2.1.3.02.xx Crédito Empenhado em Liquidação
 - (C) Natureza da informação: orçamentária
D 4.2.2.1.1.xx.xx Despesa Fixada em Dotação
C 5.2.2.1.1.xx.xx Crédito a Disponibilizar
 - (D) Natureza da informação: orçamentária
D 6.2.2.1.3.02.xx Débito Empenhado em Liquidação
C 6.2.2.1.3.03.xx Crédito Empenhado Liquidado a Pagar
 - (E) Natureza da informação: orçamentária
D 5.2.2.1.1.xx.xx Dotação Inicial
C 6.2.2.1.1.xx.xx Crédito Disponível

- 31.** Na revisão da materialidade no decorrer do processo de auditoria, se o auditor concluir que é apropriada a materialidade mais baixa para as demonstrações contábeis tomadas em conjunto (e, se aplicável, para o nível ou níveis de materialidade para classes específicas de transações, saldos contábeis ou divulgação) do que inicialmente determinado, o auditor deve
- (A) determinar se é necessário revisar a materialidade para execução da auditoria e se a natureza, a época e a extensão dos procedimentos adicionais de auditoria continuam apropriados.
 - (B) definir um novo nível de materialidade para execução da auditoria, independentemente da natureza e da extensão dos procedimentos adicionais.
 - (C) informar as pessoas envolvidas que não é possível realizar a auditoria com a materialidade previamente determinada, uma vez que a materialidade nunca pode ser revisada para baixo.
 - (D) revisar a materialidade para execução da auditoria e solicitar aprovação do superior imediato para a execução dos novos níveis adotados, não sendo necessário, nesse momento, verificar a adequação dos procedimentos adicionais.
 - (E) perguntar para os envolvidos nos trabalhos qual seria o nível mais adequado para a definição da nova materialidade.
- 32.** O processo de análise de riscos, em conformidade com a estrutura de gestão de riscos, é precedida e sucedida, respectivamente,
- (A) pela avaliação de riscos e pelo tratamento de riscos.
 - (B) pela avaliação de riscos e pela identificação de riscos.
 - (C) pelo tratamento de riscos e pela avaliação de riscos.
 - (D) pela identificação de riscos e pela avaliação de riscos.
 - (E) pela identificação de riscos e pelo tratamento de riscos.
- 33.** O conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas com os objetivos de proteger os ativos, produzir dados contábeis confiáveis e ajudar a administração na condução ordenada dos negócios da empresa é representada pela área de
- (A) Controladoria.
 - (B) Controles Internos.
 - (C) Contabilidade ou Finanças.
 - (D) Auditoria Externa.
 - (E) Auditoria Interna.
- 34.** Em conformidade com o Art. 18 do Decreto Municipal da Cidade de São Paulo nº 54.785 de 23 de janeiro de 2014, a coordenação e o monitoramento do planejamento de tecnologia da informação e da comunicação da Administração Pública Municipal, acompanhando e avaliando seus processos, é atribuição
- (A) do Órgão Consultivo e de Participação Social.
 - (B) dos Órgãos e Entidades Seccionais.
 - (C) da Coordenação de Governança e Políticas de Tecnologia da Informação e Comunicação.
 - (D) da Coordenação de Planejamento de Tecnologia da Informação e Comunicação.
 - (E) da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão.
- 35.** Dentre as metodologias adotadas na fase de prestação de serviços da área de Tecnologia da Informação, o SLA é definido por
- (A) uma ferramenta de apoio à decisão que utiliza um gráfico em forma de árvore ou um modelo de decisões com as possíveis consequências.
 - (B) um processo que faz a ligação entre a organização de TI e clientes.
 - (C) um conjunto de conceitos e práticas das operações e do desenvolvimento de TI.
 - (D) um acordo que determina o ponto em que a receita obtida é igual aos custos associados para a geração da receita.
 - (E) um acordo negociado e projetado para criar um entendimento comum sobre serviços, prioridades e responsabilidades.
- 36.** A suscetibilidade da informação sobre o objeto a uma distorção relevante, pressupondo que não haja controles, é a definição de
- (A) risco inerente.
 - (B) materialidade.
 - (C) risco de detecção.
 - (D) risco de controle.
 - (E) asseguração razoável.

37. A auditoria é caracterizada pela confiança em um conjunto de princípios. A aderência a esses princípios é um pré-requisito para se fornecer conclusões de auditoria que são pertinentes e suficientes para permitir que auditores que trabalham independentemente entre si, cheguem a conclusões semelhantes em circunstâncias semelhantes. O princípio de auditoria que determina o método racional para alcançar conclusões de auditoria confiáveis e reproduzíveis em um processo sistemático é representado
- (A) pelo devido cuidado profissional.
 - (B) pela apresentação justa.
 - (C) pela conduta ética.
 - (D) pela independência.
 - (E) pela abordagem baseada em evidência.
38. Assegurar a competência de auditores e líderes de equipe de auditoria, realizar auditorias e manter registros do programa de auditoria, são atividades contidas no(s)
- (A) processo de recursos do programa de auditoria.
 - (B) registros do programa de auditoria.
 - (C) monitoramento e análise crítica do programa de auditoria.
 - (D) processo de implementação do programa de auditoria.
 - (E) procedimentos do programa de auditoria.
39. De acordo com o artigo 9º do Decreto Municipal nº 55.005 de 4 de abril de 2014, as aquisições de bens e as contratações de serviços de tecnologia da informação e comunicação não previstas nesse decreto deverão ser previamente autorizadas
- (A) pela Secretaria Municipal de Serviços.
 - (B) pelo Órgão Central.
 - (C) pela Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico.
 - (D) pela Controladoria Geral do Município.
 - (E) pela Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão.
40. A distorção ou o desvio que é comprovadamente não representativo de distorção ou desvio em uma população denomina-se
- (A) estratificação.
 - (B) taxa tolerável de desvio.
 - (C) anomalia.
 - (D) amostragem estatística.
 - (E) unidade de amostragem.
41. A análise de redes de políticas públicas, do ponto de vista do neoinstitucionalismo sociológico, para o qual a variável cultural não é exógena ao sistema político, deve
- (A) considerar contextos relacionais e esquemas cognitivos e morais para processos de implementação de governança interativa.
 - (B) considerar modelos morais e cognitivos que levam os indivíduos a estabelecer redes de confiança e cooperação para atingir objetivos úteis.
 - (C) apreender práticas culturais, papéis e relações entre posições dentro de estruturas políticas locais.
 - (D) compreender particularidades do processo político local em sua dinâmica específica, considerando a presença de representantes de interesses econômicos, a grande pluralidade de interesses e a força invariável das elites econômicas.
 - (E) ser qualitativa, visando a negociação concreta em situações de conflito de interesses e o acordo voluntário de cooperação.
42. Na avaliação de políticas urbanas que visem a ampliação do acesso ao direito à cidade, em contextos em que a privatização ameaça o serviço básico universal e a provisão de infraestrutura, notam-se falhas de mercado que podem ser corrigidas por políticas que
- (A) elevem os custos operacionais para ofertar serviços de qualidade.
 - (B) utilizem instrumentos, como subsídios, impostos e multas, para regular a oferta de bens e serviços.
 - (C) ofertem bens e serviços públicos a preços que visem o lucro econômico e a correção de mercados incompletos.
 - (D) aumentem a carga tributária para corrigir a concorrência imperfeita.
 - (E) desacelerem o crescimento econômico por meio da redução dos impostos.
43. Considerando-se o ponto de vista das vertentes histórica e estruturalista do neoinstitucionalismo, que relativizam o papel das instituições formais, as políticas sociais devem
- (A) ser delegadas a instituições independentes em relação ao ciclo eleitoral, para fins distributivos e redistributivos.
 - (B) relativizar o papel dos conselhos comunitários e do orçamento participativo como fóruns decisórios.
 - (C) priorizar processos decisórios que resultam de barganhas entre indivíduos e de preferências que não se mobilizam por processos institucionais.
 - (D) obedecer a normas constitucionais e a compromissos partidários e se realizar por meio de organizações multilaterais.
 - (E) considerar que a ação racional dos decisores não depende de percepções sobre alternativas e resultados possíveis.

44. Nos países recém-redemocratizados, que apresentam processos institucionais incompletos, as dinâmicas dos processos políticos que incidem sobre políticas públicas são comprometidas
- (A) pelo caráter representativo do sistema político.
 - (B) pela gestão compartilhada e interinstitucional.
 - (C) pela intermediação de interesses por instituições informais, como o clientelismo, o fisiologismo e a corrupção.
 - (D) pelo papel desprivilegiado do chefe do executivo no processo decisório.
 - (E) pela fluidez institucional e pela ausência de padrões de comportamento dos distintos atores envolvidos.
45. Os indicadores de resultados das políticas públicas são avaliáveis quanto
- (A) aos seus efeitos modificadores do contexto mais amplo.
 - (B) à eficiência dos meios e recursos, à eficácia no cumprimento das metas e à efetividade social.
 - (C) a sua capacidade de mensuração de desempenho dos programas.
 - (D) à relação custo/benefício.
 - (E) a seu impacto, equivalente ao grau de satisfação dos beneficiários.
46. A avaliação *ex ante* das políticas públicas visa
- (A) dar suporte ao planejamento e projetar inovações socialmente eficazes.
 - (B) informar decisores na formulação da situação problema a ser alvo do plano.
 - (C) medir a relação custo/efetividade.
 - (D) mensurar os objetivos principais dos programas e os valores futuros resultantes da sua implementação.
 - (E) informar decisões de implementação e servir ao diagnóstico custo/benefício.
47. Para a avaliação de projetos sociais com múltiplos objetivos politicamente determinados, a coleta e a análise de dados quantitativos e qualitativos visam, respectivamente,
- (A) à pesquisa por amostragem e à análise das possibilidades da interpretação de dados.
 - (B) à mensuração dos índices quantitativos do produto e à construção de tabelas de frequência e de gráficos.
 - (C) à aplicação de técnicas estatísticas a questionários e à análise de conteúdo das entrevistas.
 - (D) à produção de indicadores de medidas e às análises de dados e de conteúdo de entrevistas e documentos.
 - (E) à mensuração de desempenho e à análise comparativa da eficiência.
48. Quanto a seus realizadores e quanto a sua natureza, as avaliações de programas governamentais podem ser, respectivamente,
- (A) externas, internas, mistas ou participativas; formativas ou somativas.
 - (B) externas ou participativas; formativas ou somativas.
 - (C) externas, internas ou mistas; *ex ante* ou *ex post*.
 - (D) externas ou internas; de custo/benefício ou de custo/efetividade.
 - (E) externas ou mistas; para informar decisões de implementação ou de resultados de execução.
49. O sistema de informação de gestão BSC – *balanced scorecard* –, que prioriza o equilíbrio entre objetivos de curto e longo prazo, é aplicável a programas públicos de acordo com indicadores de desempenho, financeiros ou não, e com variáveis de controle de metas, para definição de mapa estratégico, visando
- (A) à medição e à gestão do desempenho de acordo com os indicadores de ocorrências nos processos internos.
 - (B) ao desempenho dos pontos de vista financeiro, de clientela, de processos internos e de aprendizado/ inovação que geram relações de causa e efeito.
 - (C) à estabilidade dos programas e projetos, considerando perspectivas internas e externas de desempenho.
 - (D) à estabilidade por meio de atitudes pró-ativas que favoreçam o processamento de informações dos ambientes interno e externo.
 - (E) à perspectiva externa de desempenho para promover a aprendizagem estratégica e a inovação.
50. As matrizes SWOT e GUT aplicam-se ao planejamento e à gestão estratégicos levando em conta a posição das organizações no ambiente. Para isso, formulam quadros cujas variáveis compõem, respectivamente, segundo cada uma das matrizes, os seguintes cenários:
- (A) definição de prioridades de gestão a partir da relação risco-problema; consideração das oportunidades e urgências para delinear as metas estratégicas.
 - (B) tendências e fraquezas detectadas no ambiente interno e oportunidades e forças detectadas no ambiente externo; gestão de urgências e tendências.
 - (C) oportunidades e ameaças detectadas no ambiente externo e forças e fraquezas detectadas no ambiente interno; detecção da gravidade dos problemas, e de urgências e tendências.
 - (D) oportunidades e ameaças detectadas no ambiente interno e forças e fraquezas detectadas no ambiente externo; mensuração da gravidade dos riscos e problemas, da urgência de suas soluções e das tendências internas da organização.
 - (E) detecção de ameaças à formulação de estratégias; formulação de diagnósticos de desempenho negativo.

ECONOMIA

51. Um indivíduo resolve abrir uma pequena empresa, para isso, demite-se do trabalho no qual ganhava um salário de R\$ 2.000,00 e utiliza um imóvel que já possuía e pelo qual recebia um aluguel de R\$ 1.000,00. No primeiro ano de funcionamento da empresa, obteve receitas de R\$ 40.000,00 e os custos totalizaram R\$ 10.000,00. Diante dessas informações e desconsiderando o 13º salário, ele obteve, nesse primeiro ano, um
- (A) prejuízo econômico de R\$ 6.000,00.
 - (B) lucro econômico de R\$ 30.000,00.
 - (C) lucro econômico de R\$ 6.000,00.
 - (D) prejuízo econômico de R\$ 12.000,00.
 - (E) lucro econômico de R\$ 18.000,00.
52. Num mercado em concorrência perfeita, a demanda de um bem é dada por $Q^D = 100 - 10p$ e sua oferta é dada por $Q^S = 30p - 20$. O aumento do preço, em reais, quando se institui uma alíquota de 80% (por fora) no preço do bem vendido ao consumidor é de
- (A) R\$ 0,80.
 - (B) R\$ 2,40.
 - (C) R\$ 0,00.
 - (D) R\$ 2,00.
 - (E) R\$ 1,50.
53. Se o custo marginal é constante,
- (A) o custo médio também é constante.
 - (B) a curva de custo variável médio terá forma de U.
 - (C) o custo variável médio também é constante.
 - (D) o custo fixo é zero.
 - (E) o custo fixo médio também é constante.
54. Se, em um determinado ano, um país importa US\$ 1 bilhão em bens, exporta US\$ 1,5 bilhões, paga juros ao exterior no valor de US\$ 200 milhões, seus turistas gastam US\$ 100 milhões no exterior e recebe investimentos externos no valor de US\$ 200 milhões. Seu saldo em transações concorrentes, nesse ano, será igual a
- (A) US\$ 400 milhões.
 - (B) US\$ 200 milhões.
 - (C) zero.
 - (D) US\$ 500 milhões.
 - (E) US\$ 100 milhões.
55. Se o governo aumenta seus gastos, o Banco Central, no sentido de estabilizar a renda, deve
- (A) aumentar o nível de reservas compulsórias, reduzindo a taxa de juros.
 - (B) comprar títulos no mercado aberto, reduzindo a taxa de juros.
 - (C) vender títulos no mercado aberto, reduzindo a taxa de juros.
 - (D) vender títulos no mercado aberto, aumentando a taxa de juros.
 - (E) diminuir o nível de reservas compulsórias, reduzindo a taxa de juros.
56. Em uma determinada economia, o total de moedas em poder do público é 1 bilhão de reais, há 2 bilhões de reais em depósitos à vista e 500 milhões de reais em depósitos a prazo, como CDBs. A partir disso, conclui-se corretamente que
- (A) o M2 é 500 milhões de reais.
 - (B) o multiplicador bancário é 3.
 - (C) o M1 é 3,5 bilhões de reais.
 - (D) a base monetária é 1 bilhão de reais.
 - (E) o M1 é 3 bilhões de reais.
57. A Curva de Phillips relaciona a inflação ao desemprego. Através dela, descobre-se que é possível manter um nível de desemprego baixo se for praticada uma taxa de inflação alta. Essa afirmação está
- (A) correta, mas na prática o efeito social disso se anularia, porque os salários reais diminuiriam muito com a inflação alta.
 - (B) errada, porque a Curva de Phillips foi elaborada originalmente na Inglaterra, não se aplicando ao caso brasileiro.
 - (C) errada, porque uma inflação mais alta desvalorizaria o câmbio, aumentando o desemprego.
 - (D) errada, porque os agentes se ajustariam a um nível de inflação constantemente alto, o desemprego só diminuiria temporariamente, quando houvesse um aumento inesperado da inflação.
 - (E) correta, mas o custo político de manter uma inflação alta inviabiliza essa política.

- 58.** Considere um governo deficitário que tenha uma dívida de R\$ 1 bilhão, pela qual paga uma taxa de juros. Suponha que a taxa de inflação aumente e o governo decida aumentar a taxa de juros nominal de modo que a taxa de juros real não se altere. Pode-se dizer que, na situação descrita, os deficit primário, operacional e nominal, respectivamente,
- (A) não se altera, aumenta e não se altera.
 - (B) não se altera, aumenta e aumenta.
 - (C) aumenta, não se altera e aumenta.
 - (D) aumenta, aumenta e aumenta.
 - (E) não se altera, não se altera e aumenta.
- 59.** O Plano Real, instituído no governo Itamar Franco,
- (A) tinha como objetivo melhorar a distribuição de renda.
 - (B) foi viabilizado, entre outros fatores, pela criação do Fundo Social de Emergência.
 - (C) instituiu a paridade de 1 real para 1 dólar.
 - (D) criou o Real, a nova moeda, que valia 1 000 Cruzeiros Reais.
 - (E) instituiu o congelamento de preços.
- 60.** A desvalorização cambial observada nos últimos meses está mais provavelmente relacionada
- (A) à ameaça de *impeachment* da Presidente da República.
 - (B) ao aumento do preço do petróleo no mercado internacional.
 - (C) à queda dos preços das *commodities* no mercado internacional.
 - (D) à dívida externa.
 - (E) à corrupção.

